



## ABORDAGEM SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTEXTO DA TERRITORIALIDADE AMAZONICA

Vlamiir Nascimento Seabra  
Maria da Graça Lucas Vieira

### Resumo

Este texto apresenta os aspectos históricos que pautaram a ideia sobre desenvolvimento nacional e suas influências sobre no desenvolvimento regional e a territorialidade amazônica. Para entender o desenvolvimento nacional partimos de quatro grandes autores que construíram análise sobre o desenvolvimento Nacional, Simonsen, Caio Prado JR, Celso Furtado, Milton Santos. A partir das ideias destes intelectuais relacionamos como eles influenciaram na construção dos projetos governamentais na Amazônia brasileira. Apresento como os estudos sobre territorialidades influenciaram diretamente nas análises sobre o desenvolvimento regional e de forma sucinta exponho os aspectos práticos do desenvolvimento local e como o sistema de Royalties repassado pela Petrobras é um fator determinante no desenvolvimento local no município de Coari-AM.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Regional. Amazonia. Coari-AM

### 1. Aspectos históricos sobre inserção do Brasil no sistema de acumulação capitalista.

Ao tratarmos sobre os conceitos e formas de desenvolvimento, seguramente estamos nos referindo as sociedades capitalistas da era moderna em virtude do intenso processo de urbanização e industrialização ocorrido após a Revolução industrial. A produção de mercadorias para a subsistência que era uma relação direta de aproveitamento dos produtos oriundos da natureza, a partir do processo de industrialização/urbanização passou a depender dos procedimentos mais complexos, originando a manufaturas e as indústrias.

Na Europa até meados do século XVIII a manufatura estava muito ligada às atividades artesanais, na qual os mestres de ofício dominavam todo o processo produtivo desde a escolha da matéria prima, a organização das atividades de produção até comercialização. Segundo Marx no livro O capital (1996, p.453) “ A manufatura origina-se do modo duplo. Em um modo, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos tem de passar um produto até o acabamento final, são reunidos em uma oficina sob o comando de um mesmo capitalista”. Com o advento da produção em larga escala intensificou-se o surgimento de grandes complexos indústrias, ocorrendo um forte deslocamento de grandes populações do setor rural para o urbano, na busca de emprego no setor industrial. Esta urbanização ocorre de forma bastante acelerada constituindo uma massa de trabalhadores nas grandes cidades europeias que necessitavam de alimentos, moradia, vestuário e transporte.

No início do século XX, Henri Ford, um empresário do setor automobilístico - norte



americano - adota um sistema de produção que vai se difundir e influenciar todo regime de acumulação capitalista da época. Sua perspectiva se baseava na geração de milhares de empregos nas linhas de produção, com salários suficientes para que os trabalhadores pudessem consumir. Outro movimento importante foi o Taylorismo, uma forma de racionalizar o processo produtivo, tornando mais eficaz e eficiente a produção em larga escala, sistema no qual o planejamento é algo importante a ser considerado.

No que tange aos aspectos econômicos o Keynesianismo foi a teoria econômica majoritária, pregada por John Maynard Keynes, implantada após a crise financeira de 1929. Neste período a participação do Estado na Economia passou a ser de suma importância, influenciando fortemente as economias dos países capitalistas centrais durante maior parte do século XX, até a década de 1970 quando surge uma nova onda de desequilíbrio do capitalismo, gerado especialmente pelo aumento do preço do petróleo, a famosa “crise do petróleo”. A organização Fordista apresentava forte concentração industrial, homogeneização, desenvolvimento desigual e grande concentração nos espaços urbanos.

Na perspectiva do modelo de acumulação capitalista fordista, podemos afirmar que o modelo se caracterizou pela estruturação do exército industrial de reserva, cuja principal função era evitar a organização dos trabalhadores por melhores condições de salário, na medida em que existia trabalhadores desempregados e os empregados não podiam reivindicar melhores salários pois existia uma grande quantidade de desempregados que podiam ocupar seus cargos. A explicação de Cidade (2008) sobre o regime de acumulação capitalista do início do século XX até os dias atuais é bastante esclarecedora.

A fase contemporânea do desenvolvimento econômico internacional que seguiu o fordismo ou regime de acumulação intensiva caracteriza-se pela emergência do capital financeiro e pela acirrada competitividade, apoiadas por acelerados avanços tecnológicos e flexibilidade nos métodos de produção e de gestão. É também conhecida como regime de acumulação flexível. Entre as tendências das últimas décadas está a constituição, consolidação e expansão de blocos econômicos que limitam a autonomia dos Estados sobre decisões relativas a seus territórios e estabelecem uma escala supra-regional e a mescla de redes materiais e imateriais de apoio à acumulação sobre os territórios nacionais. (CIDADE, p.14, 2008).

A legitimação da burguesia industrial paulista se amparava na noção de "atraso" do Brasil em relação a economia norte americana. Segundo Simonsem, este atraso poderia ser explicado em virtude do modelo de expansão colonial. A expansão do capitalismo europeu na América teve objetivos bem distintos, enquanto os espanhóis se preocupavam com a



exploração dos metais preciosos e a escravidão dos povos indígenas. No caso do Brasil os portugueses a princípio não encontraram metais e passaram a explorar a agricultura como forma de aferir lucros sob a nova colônia.

Um dos primeiros estudos sobre a História Econômica do Brasil foi publicado em 1937 na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que tinha uma disciplina voltada para este conteúdo na qual Roberto Simonsen era o responsável, baseava-se numa sistematização histórica dos ciclos de produção econômica, comparava a trajetória da colonização brasileira com as colônias da América especialmente a norte americana. Simonsen e a Escola de Ciência Política de São Paulo representavam os anseios da burguesia industrial paulista, que defendia o a implantação do modelo industrialista planejado pelo Estado e com apoio do capital Nacional.

Um outro autor que realiza um estudo analítico sobre a Economia e Desenvolvimento no Brasil é Caio Prado Jr. A partir de uma perspectiva do materialismo histórico dialético, Caio Prado Junior contesta a história oficial das classes dirigentes. Apresenta como a superestrutura política brasileira moldou a estrutura social, econômica e política nas diferentes classes sociais. Segundo Borja:

Começa por discordar da tese, dominante até então na historiografia brasileira, de que haveria entre nós um feudalismo, tal qual experimentado pela Europa. Constata que a expansão marítima portuguesa foi fruto da ambição do lucro de sua burguesia comercial, que não encontrava no seu restrito território português os meios de sua satisfação. (Borja,2013, p.68).

A linha de interpretação adotado por Caio Prado Junior, que segue o método marxista procura dar "sentido" a colonização brasileira, como podemos verificar na citação abaixo:

No seu conjunto, a vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes: e ele explicará os elementos fundamentais, tanto econômico como social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JR. 1995,p.31)

O modelo de colonização brasileira se pautará na grande propriedade de terras, na monocultura, no trabalho escravo, estes serão os grandes pilares da estrutura capitalista colonial brasileira. Deste sistema derivará a extrema concentração de riqueza, o lento desenvolvimento do mercado interno e a dependência do mercado externo. Os ciclos econômicos dependerão da conjuntura do mercado internacional, em determinados períodos foi o açúcar, o ouro, a madeira e no início do século XX borracha da Amazônia e o café na região sudeste. A produção cafeeira serviu de base econômica para a instalação das primeiras



indústrias nacionais. Apesar de bastante incipiente em virtude da grande influência do padrão colonial agroexportador, a indústria nacional surge em meados do século XIX e ganha impulso a partir do século XX. Conforme explicita Caio Prado Jr. no texto abaixo:

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país[...]. Economia de exportação constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia "nacional", que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Essa é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. ( PRADO JR., 1970, p.270).

Um dos maiores pensadores sobre a economia e desenvolvimento no Brasil foi Celso Furtado que ao ingressar na Cepal apresenta diversos estudos que identificam os fatores de atraso da economia brasileira, na qual podemos identificar a relação desigual nas trocas comerciais, os produtos agrícolas sempre têm menor valor que os produtos manufaturados. Outro fator para explicar as desigualdades do sistema capitalista brasileiro seria uma desvalorização cambial sempre presente para auferir grandes lucros aos agroexportadores. Ao mesmo tempo Celso Furtado identifica que a dependência de produtos industrializados importados gera altas inflacionárias.

Um dos principais argumentos pregados por Furtado (2003) e pelos economistas da CEPAL, era que se fazia necessário encontrar uma nova fase de desenvolvimento que superasse a dependência da monocultura agrícola, e que dinamizasse o sistema capitalista nacional. Segundo Furtado (2003) em conjunto com os economistas da CEPAL propunham a implantação de um longo e profundo processo de industrialização, que por sua natureza fortaleceria a urbanização, integrando regiões produtoras e mercados consumidores, além de abastecer o mercado interno e substituir as importações de produtos industrializados.

O estruturalismo desenvolvimentista difundido por Celso Furtado e a CEPAL interpreta a economia brasileira a partir das relações sociais de produção, dessa forma teríamos saído da economia escravagista, passado pela transição ao trabalho assalariado no século XIX e estaria transitando para uma economia industrialista. Celso Furtado (2003), destaca que a origem das desigualdades regionais estaria nas constantes mudanças dos núcleos de



produção da economia brasileira que saiu da cana-de-açúcar no nordeste, passou pelo período áureo do ouro e se tornou uma economia agroexportadora atualmente. Estas mudanças implicam em novas dinâmicas e dão origem as desigualdades regionais. Para a superação destas desigualdades regionais, se faz necessário a participação do Estado com políticas de incentivo, propostas de planejamento intra e infra regional, adotando uma perspectiva nacional desenvolvimentista industrialista, que se tornará hegemônica na política nacional de Desenvolvimento Regional a partir da década de 1950.

Para Lencione (1999) a perspectiva marxista influenciou diretamente a interpretação dos espaços territoriais, na medida em que dá grande ênfase ao historicismo, esta vertente se preocupa com estudos sobre a perversão da cidade capitalista, a segregação racial e os processos capitalistas mundiais. Sem dúvida nenhuma uma das grandes contribuições para os estudos sobre territórios de cunho marxista foi o pensamento de Damette (1979) que enxerga no desenvolvimento regional um produto do sistema de concentração capitalista, concebendo a região como parte de uma totalidade não harmônica do sistema capitalista, onde o crescimento desigual e combinado influencia na organização dos territórios (Cidade,2008). Apresentam vários estudos sobre os aspectos da formação econômica dos Estados nações. Esta definição de Estado Nação deriva da tendência estruturalista do marxismo, e que recebe severas críticas de Lefebvre (Lencione, 1999), pois segundo ele, estas análises apresentam uma visão positivista na medida em que tentavam adequar os conceitos de totalidade sistêmica do capitalismo a todas formas de espaços sociais, quase que negligenciando os aspectos naturais e culturais.

## **2.Desenvolvimento Regional no Brasil e suas repercussões no Amazonas**

Tendo por base as ideias de Benko(1999), no livro A Ciência Regional o autor afirma que somente a partir dos anos de 1940 sob forte influência de Losch, inicia uma tentativa de superar as visões estritamente economicistas e volta-se para um estudo e análise sobre o espaço e suas configurações. Especialmente no período entre guerras, com estudos sobre migrações populacionais e hierarquia urbana. Quatro grandes temas são debatidos nestas famílias da divisão da ciência regional: localização das atividades econômicas, organização e estruturação do espaço, interações espaciais e desenvolvimento regional.

Segundo Benko (1999), Walter Isard é um dos primeiros cientistas a tentar superar a análise de desenvolvimento regional com base estritamente economicista Keyneisiana. A



grande discussão na década de 1950 eram as localizações dos empreendimentos capitalistas, ligada especialmente a questão dos ganhos de produção industrial. Os primeiros estudos sobre Desenvolvimento Regional aparecem na década de 1970 com Dicken, Doreen, Lipietz e Aydalot que desenvolvem a teoria de que o espaço é um elemento fixo, e são as empresas que influenciam nos espaços. Realizam uma análise entre custo do trabalho e modos de vida que não são iguais em todas as regiões, trazendo sempre vantagens para as empresas.

Além da mão de obra como elemento determinante da instalação das empresas constatou-se a importância dos transportes, do capital de risco, dos aglomerados econômicos e a transformação territorial dos espaços. Estes estudos também aprofundaram a investigação sobre as redes que as grandes empresas se inserem nos espaços territoriais, criando empresas especializadas em determinadas regiões, aumentando as trocas interindustriais, novas formas de distritos industriais.

Com a teoria dos polos de crescimento, constatou-se que o desenvolvimento é desigual em virtude dos desequilíbrios dos polos, que algumas vezes podem provocar arrastamentos e travagens. As travagens ampliam as desigualdades, portanto se faz necessário que os efeitos de arrastamento sejam maiores que os de travagem, aprofunda-se neste período os estudos sobre desenvolvimento de cunho estritamente economicista, se tiver demanda o desenvolvimento acontecerá naturalmente.

Myrdal é um dos primeiros estudiosos a questionar que desenvolvimento necessariamente está aliado exclusivamente ao acesso de bens econômicos, existindo outras variáveis como os aspectos políticos e culturais. Samir Amin com sua visão marxista acrescenta uma crítica a visão economicista apresentando que o subdesenvolvimento ocorre em virtude dos países pobres permanecerem presos ou dependentes dos países capitalistas centrais, portanto se faz necessário superar esta dependência. (CIDADE,2008)

Os primeiros estudos sobre Desenvolvimento Local remontam a década de 1970, com Walter Stohr, Fraser Taylor, John Friedman e Clyde Weaver , que propuseram uma visão mais baseada no território, e priorizando a realidade local. Estes estudos apresentam uma variedade de temas como: geopolítica, a questão das cidades modernas, os fenômenos da segregação racial e as cidades do terceiro mundo com Milton Santos. O Espaço passa ser uma oportunidade para entender os aspectos instigantes da sociedade e os diversos modos de produção dominantes. (CIDADE, 2008)

Partindo da concepção em torno dos ciclos econômicos os estudos sobre a inserção do Amazonas no desenvolvimento econômico brasileiro tem como marca indelével o ciclo econômico da borracha. O “ciclo da borracha” é um evento na história econômica da



Amazônia que trouxe consigo alguns fatos marcantes como a colonização de áreas longínquas da Amazônia, a conquista das terras onde hoje é o estado do Acre, forte migração de nordestinos para a região que fugiam da seca do nordeste

A indústria automobilística foi o carro chefe e impulsionou o sistema capitalista desde do final do século XIX e início do século XX. Para se ter uma noção do aumento da produtividade, os primeiros modelos de automóveis da Ford venderam na primeira temporada 1.700, algo considerado revolucionário para época, no entanto entre os anos de 1908 a 1927 a Ford chegou a produzir mais de 15 milhões de automóveis, por um preço médio de US\$ 850,00, algo bastante acessível para a classe média norte americana. Uma peça fundamental nos automóveis era pneus que tinham como matéria prima a goma elástica oriunda da Amazônia. As primeiras exportações do latex da seringueira ocorreram por volta de 1850.

Para que a goma pudesse oferecer o máximo de rentabilidade à indústria, foi necessário descobrir uma forma de torná-la resistente ao calor e ao frio e manter sua elasticidade inalterada, um processo chamado de vulcanização, através do processo de vulcanização, desenvolvido simultaneamente pelo inglês Thomas Hancock e pelo americano Charles Goodyear em 1844, se tornou possível exportar a borracha para a indústria automobilística. A partir daí, a borracha deixa de representar um pequeno comércio manufatureiro dos tempos coloniais, e passa a ser uma matéria-prima requisitada pelo comércio mundial.

Entre as análises dominantes sobre o capitalismo na Amazônia, a teoria dos ciclos econômicos, e um dos argumentos que mais sobressaem, segundo os defensores desta interpretação, os grandes empreendimentos extrativistas - representa uma condição “natural” e “peculiar” tanto em virtude dos aspectos físicos da região como a adaptabilidade dos grupos sociais amazônicos às particularidades da região, uma visão extremamente economicista, no caso brasileiro advinda especialmente da Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência dos problemas das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (1961, p 181).

Esta visão de desenvolvimento baseada numa matriz econômica proposta especialmente pelos economistas da CEPAL via na industrialização um elemento importante que o Estado brasileiro empreender desenvolvimento industrialista em diferentes regiões do país, e, no caso do Amazonas, efetivou- se através da implantação do modelo Zona Franca de Manaus.



Após a perda da competitividade da produção Borracha no mercado internacional, a partir da década de 1930, o Amazonas até a década de 1960 não tinha nenhum produto que se destacasse a nível de produtividade econômica tanto a nível Nacional quanto internacional. Neste período o Brasil adotou um desenvolvimento econômico baseado na substituição de importação, através do fortalecimento do parque industrial nacional, e no caso específico do Amazonas o governo Brasileiro cria um modelo de desenvolvimento já tinha sido adotado em diferentes países do mundo, o “ livre comercio de importação e exportação e adoção incentivos fiscais especiais” fortemente influenciado pelo clima de recuperação econômica mundial. O modelo Zona de Livre Comercio de Manaus, faz parte de um pacto nacional com viés extremamente urbano industrializante, como afirma Fernandes :

[...]sedimenta-se no Brasil uma série de iniciativas de cunho desenvolvimentistas que serão indispensáveis para a compreensão do ambiente institucional que se forja também em torno da questão regional amazônica. É neste sentido que podemos dizer que a Carta Constitucional de 1946 traz consigo, neste contexto, uma série de dispositivos de estímulo ao planejamento governamental e ao fomento dos chamados Planos de Valorização Econômica em regiões tipicamente deprimidas ou em condições de instabilidade política e social, como seriam os casos das regiões Norte e Nordeste do Brasil (FERNANDES, 2011, p.251).

O desenvolvimento baseado nos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus suplantaria a ausência de alternativas econômicas enfrentados na região, o espírito da “modernização” novamente presente. Ao mesmo tempo que é um projeto de integração ao capitalismo nacional, este modelo concentra toda seu potencial econômico na capital. O Amazonas passa a ter sua economia centralizada em Manaus, os municípios do interior do Amazonas vivem dos repasses dos governos estaduais e Federais, gerando um grande vazio demográfico e de alternativas econômicas.

A visão desenvolvimentista adotada para o Amazonas se choca com a realidade extrativista do homem amazônico, diversos autores criticam este modelo desenvolvimentista, especialmente Ferguson e Escobar. Ferguson realiza uma crítica afirmando que este modelo de desenvolvimento é uma proposta apolítica e acrítica, na medida que o aparelho estatal, agencias de desenvolvimento, organismos internacionais de desenvolvimento usam a ideia de “falta de algo” a ser corrigido pelo desenvolvimento, o que Escobar chama de a “infantilização do terceiro mundo”, e não tocam nos grandes problemas sociais e nos seus conflitos, pois se de alguma forma ou outra entrassem nestas questões não haveria aliança para execução dos projetos de desenvolvimento. Segundo Escobar se faz necessário a superação deste modelo de desenvolvimento que foi – e – continua a ser em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e as





culturas como incapazes de gerarem desenvolvimento local.

A ideologia do progresso e desenvolvimento industrial e econômico vê o homem Amazônico como um obstáculo para o avanço do processo civilizatório. O colonizador, é um ser superior, e os outros, ribeirinhos, caboclos e índios são seres genéricos e ignorantes, sem essência e individualidades. Esse desprezo ao local favorece a submissão, na qual se sustenta pela ideologia do progresso e da modernidade.

Quanto à Amazônia, ela é representada como uma terra virgem, inacessível, uma selva impenetrável e misteriosa, imagens que se prolongariam na representação de um deserto: um espaço vazio de civilização, associado à suposta ausência de cultura dos povos indígenas, o que, afinal de contas, vai materializando o descentramento geográfico que acaba por criar o mito de uma marginalidade histórica (THIERION, 2014, p.47.)

A proposta desenvolvimentista dos governos militares em relação a Amazônia se baseava na integração da região ao modelo capitalista nacional, com diversos projetos de construção de estradas, portos e aeroportos (infraestrutura) e projetos voltados para o setor agropecuário, ao mesmo tempo que madeireiros, garimpeiros cobiçavam e exploravam diversas terras indígenas, gerando diversos conflitos entre agricultores e indígenas, madeireiros e indígenas, garimpeiros e indígenas.

Essa identidade amazônica com um processo colonizador português que via nestas terras amazônicas somente a cobiça para a exploração dos produtos oriundos da floresta, permaneceu por séculos povoada por índios, ribeirinhos, caboclos quase sem nenhuma assistência das políticas públicas de educação, saúde, transporte, apresentando na maioria de seus municípios indicadores de desenvolvimento humanos que estão muito aquém das maioria das municípios brasileiros.

Para Brandão (2011) as desigualdades históricas brasileiras demonstram claramente que existe uma concentração espacial e de riqueza no litoral e centro sul, dessa forma uma agenda de planejamento regional, deve partir de uma solidariedade inter regional entre os atores inter regionais e intra regionais, levando em consideração as dimensões continentais do Brasil Desenvolvimento Regional, a força econômica da exploração petrolífera em Coari-AM

Em meio às características biogeográficas da região amazônica – detentora da maior bacia hidrográfica e biodiversidade ictiológica do planeta . O município de Coari, localizado entre o Lago de Mamiá e o Lago de Coari, tem área territorial de 57.922 km<sup>2</sup> com os seguintes limites. Possui 75.965 habitantes, sendo 26.314 residentes na área rural, distribuídos entre as 201 comunidades (IBGE, 2010). Coari já foi o maior produtor de banana do estado do

Amazonas e atualmente é conhecido mundialmente por suas reservas de petróleo e gás natural, explorados no polo petrolífero de Urucu. Mesmo com a fama de “cidade do gás”, Coari é essencialmente um município agrícola e extrativista. A piscicultura é uma das atividades que compõem o agronegócio do município e que, embora tenha um grande potencial de crescimento, ainda é praticada de maneira rudimentar, demandando apoio dos órgãos e instituições governamentais. Enquanto nos EUA e na Europa Ocidental a implantação e crescimento da indústria do Petróleo foram baseados nas grandes corporações privadas (majors), em outros países, como no Brasil, no México, na Nigéria, na Venezuela e alguns países do Oriente Médio, o desenvolvimento da indústria de petróleo foi de origem Estatal.



As especificidades da exploração do Petróleo em cidade do interior da Amazônia e suas consequências sociais, econômicas e políticas, se manifestam claramente no dia-a-dia de Coari-AM. Segundo Soler (2009) em 2005 Coari tinha 7.000 pessoas empregadas na Prefeitura, destes apenas 473 haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho. Um fenômeno social muito comum nas cidades do interior do Amazonas, a total dependência econômica do poder municipal, criando fenômeno social denominado por alguns cientistas políticos de clientelismo político.



A partir da exploração do petróleo nas jazidas de Urucu, foi construído um gasoduto entre Urucu e Coari no período de junho de 1997 a abril de 1999, sendo que a segunda etapa (trecho Coari-Manaus) foi construída entre 2009 e 2011.. Para a construção deste gasoduto a Petrobrás contratou diversas empresas para realizarem serviços técnicos especializados, quase todos terceirizados. Diante deste contexto, instalou-se, no município de Coari, uma nova realidade no tocante as relações de trabalho. Isto, devido à grande quantidade de empregos temporários que, por um lado, estimulou o comércio e serviços, e por outro lado, veio acompanhado de um grande fluxo migratório gerando graves problemas sociais. Apesar da grande quantidade de recursos financeiros, a Prefeitura não priorizou a resolução dos problemas sociais decorrentes da migração ocasionada pela presença da Petrobrás no local, muitos bairros sem saneamento básico, sem água tratada, um déficit habitacional altíssimo, analfabetismo alto e grandes problemas na área de saúde.

Arrecadação Anual Líquida em Coari (em R\$ 1,00) Repasse de Royalties por parte da Petrobras				
2006	2007	2008	2009	2010
43.365.069,27	38.845.088,10	51.445.180,49	39.739.769,25	
2011	2012	2013	2014	2015
58.079.653,42	72.381.548,31	71.346.644,74	72.381.548,31	
<b>Dados da Agencia Nacional do Petróleo - ANP</b>				

A cidade saiu de uma população de 14.787 em 1980 para mais de 75.000 em 2010 significa um crescimento superior a 300% em apenas 25 anos. Este incremento populacional da última década esteve diretamente relacionado à intensificação das atividades da Petrobrás e com a construção do gasoduto Urucu-Coari. A proposta de desenvolvimento econômico baseada na terceirização da mão de obra em Coari, trouxe alguns benefícios econômicos, especialmente no aumento extraordinários dos recursos público municipal, por outro lado deixou um lastro negativo, especialmente nos aspectos sociais e ambientais.

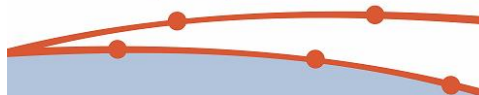


Tabela2: População residente por situação do domicílio - Características Gerais da População

Município	Situação do domicílio	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Coari – AM	Total	27.636	42.609	38.678	67.096	75.965
	Urbana	8.878	14.805	21.081	39.504	49.651
	Rural	18.758	27.804	17.597	27.592	26.314

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Organização: Paola Verri Santana - 2017

Em virtude do clientelismo político e o despreparo dos gestores municipais na administração pública, o fluxo de informações e a circulação de bens e serviços passam pelas mãos de poucos, geralmente o grupo dominante, que tem na corrupção sem procedimentos mais comuns, como podemos obser nas tabelas abaixo:

Tabela 4: Indicadores sociais de Coari - 2016.

Índice de	Índice de	IDHM	Analfabetismo	Índice de
pobreza	Gini			Desenvolvimento da
48,56%	0,39%	586	31%	Educação Básica (IDEB)
				3,5

Fonte: Site do IBGE. Pesquisa: 2019.

Tabela 5. Níveis de disparidade nos rendimentos da população de Coari

Valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça – branca (A)	Valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça - preta (B)	Valor médio e mediano do rendimento mensal total nominal por sexo - médio - homem (A)	Valor médio e mediano do rendimento mensal total nominal por sexo - médio - mulher (B)
R\$ 1.001	R\$ 647	R\$ 871	R\$ 650

Fonte: Site do IBGE. Pesquisa: 2019.

Dessa forma, quando analisamos os conceitos de horizontalidades e verticalidade e suas extensões de Milton Santos (1996) no município de Coari visto do ponto de vista das relações de produção do sistema capitalista, pode-se considerar como uma região que nas

suas relações verticais assegura o funcionamento de um determinado padrão social e cultural, no entanto nas horizontalidades dependem funcionamento global da sociedade e da economia capitalista que determinadas épocas apoiam e produzem modernizações e em outros momentos trazem uma certa forma de letargia.

Após o encerramento da construção do gasoduto Coari- Manaus a maior parte da população migrante não empregada no gasoduto passa a viver de uma economia informal, agravando as relações precárias do mercado de trabalho, sem nenhuma proteção social, de instabilidade e de fragilidade da relação salarial.



A cidade Coari está inserida nos modelos e processos globais de precarização da mão de obra, com a crescente prática de flexibilização as mudanças no contrato de trabalho, a redução do emprego, o fortalecimento do trabalho temporário e a informatização do trabalho, calcados nos princípios de racionalidade da ação e da eficiência, acompanhando, assim, o desenvolvimento do sistema produtivo em um mercado mundializado. (CASTRO, 1997).

## Considerações Finais

O processo histórico de acumulação capitalista no Brasil se deu de forma diferenciada nas várias regiões do Brasil. Neste texto procuro fazer uma reflexão sobre como o desenvolvimento nacional aconteceu e como cada matriz teórica de interpretação influenciou nas políticas públicas de planejamento regional.



A tendência desenvolvimentista industrialista urbana foi um modelo clássico que esteve presente tanto nos governos democráticos, quanto no governo ditatoriais (era Vargas – 1930-1945 e Ditadura Militar 1964-1980). No caso específico do Amazonas, estes processos de desenvolvimento industrialista se manifesta com a criação da Zona Franca de Manaus, que tornou o desenvolvimento econômico como uma única forma capaz de superação dos desequilíbrios regionais. No caso específico do Amazonas, considero que este modelo de desenvolvimento regional concentrou todos os planos de desenvolvimento regional na capital (Manaus), esvaziando as cidades do interior, ocorrendo um forte deslocamento populacional para capital, no que tange aos aspectos econômicos as cidades permanece sem acesso a empregos, tendo como único mercado empregador as prefeituras.

O acesso aos recursos financeiros como forma de superação da pobreza e das desigualdades regionais, apresenta sua contradição clara no município de Coari, que apesar dos vultuosos recursos oriundos da Petrobras através dos Royalties do Petróleo, os seus indicadores de desenvolvimento humano não apresentam nenhum diferencial em relação aos municípios que não recebem este tipo de recurso. Os elementos básicos de qualidade vida, saúde, educação, saneamento básico, pouco se modificaram nos últimos anos, portanto relacionar acesso a recurso a desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano e desenvolvimento social, necessitam serem questionados e revistos.

## REFERÊNCIAS

BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BORJA, Bruno. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. UFRJ. 2013.

BRANDÃO, Carlos. **A Busca da Utopia do Planejamento Regional**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.120, p.17-37, Jan./Jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>

CASTRO, Edna. **Flexibilização e gestão do trabalho em indústrias de alumínio na Amazônia**. In: COELHO M. C., COSTA R. (Orgs.). *10 Anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: Gráfica Superiores, 1997.

CIDADE, Lucia C.F.; VARGAS, Gloria M.; JATOBÁ, Sergio U. **Regime de acumulação e configuração do território no Brasil**. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 20 p.13-35, 2ºsem.2008 Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/863>

ESCOBAR, Arturo. **Encoutering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, Princeton University Press, 1995.



ETGES, Virginia Elisabeta. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo.** In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região.* Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte.** Disponível em: [http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069\\_FLORES\\_M\\_Identidade\\_Territorial\\_como\\_Base\\_as\\_Estrategias\\_Developimento.pdf](http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developimento.pdf).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 31ª edição, [1959] 2003.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 1999.

MARX, Karl. **O capital in Economistas.** Editora Nova Cultural. São Paulo.SP.1996.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 12ª edição, [1945] 1970.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOLER, Cláudia. **A cidade de Coari/Am e os reflexos da exploração de petróleo e gás natural pela Petrobras.** Papers do NAEA nº 253. Belém-PA. 2009.

THIERION, Brigitte. **Olhares sobre a terra e o homem da amazônia: um imaginário em construção.** Trabalho apresentado no Simpósio Amazonia: Travelers, Writers, and Its People, University of California, Davis, 12-13 de Maio. p.43-65, 2014.